

IAPMEI
Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

Ajuste Direto

**Locação de 26 veículos, tipologia Ligeiro de passageiros
(LP) Inferior e Médio Inferior, em regime rent-a-car, por um
período máximo de 60 dias**

Convite

SECÇÃO I – Disposições Gerais

Artigo 1º

Objeto

Locação de veículos, tipologias Ligeiro de passageiros (LP) Inferior e Médio Inferior, em regime rent-a-car, por um período máximo de 60 dias, de acordo com as condições descritas no Caderno de Encargos e respetivos Anexos I e II.

Artigo 2º

Entidade Adjudicante

A entidade Contratante é o **IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.**, adiante IAPMEI, com sede, na Rua dos Salazares, nº 842, no Porto, número de identificação fiscal 501373357, e com as instalações em Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício A, 1649 – 038 Lisboa, endereço electrónico info@iapmei.pt, telefone (351) 213 83 60 00, fax (351) 213 83 62.

Artigo 3º

Órgão que tomou a decisão de contratar

O Órgão que tomou a decisão de contratar foi o Conselho Diretivo do IAPMEI, nos termos da Informação n.º 123/2021/DGR-DPCP, a 28 de janeiro de 2021, pela Proposta n.º n.º 0046/IV/2021.

Artigo 4º

Plataforma electrónica

O presente concurso corre os seus termos na plataforma electrónica de contratação pública Acingov, acessível através do endereço <https://www.acingov.pt>.

Artigo 5º

Esclarecimentos, Erros e Omissões do Caderno de Encargos

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, o interessado pode solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O IAPMEI deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. O IAPMEI poderá solicitar ao concorrente quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada que considere necessários para efeito da análise e da avaliação da mesma, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 72.º do CCP.

SECÇÃO II – Critério de Adjudicação e Preço Base

Artigo 6º

Preço Base

1. O preço base é de 18.300,00,00 (dezoito mil e trezentos euros), a que acresce o IVA à taxa legal exigida.
2. Considera-se preço anormalmente baixo aquele que for inferior ao indicado no número anterior em mais de 50% (cinquenta por cento).
3. O preço base fixado no presente procedimento foi determinado atendendo ao valor de referência resultante de anterior procedimento para prestações do mesmo tipo.

Artigo 7º

Critério de adjudicação

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 74º do Código de Contratos Públicos, adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

SECÇÃO III – Propostas

Artigo 8º

Modo e prazo para apresentação de propostas

1. A proposta, bem como os documentos que a integram, devem ser apresentados até às 17:00 do dia 12 de fevereiro de 2021.

2. O prazo fixado para a apresentação das propostas é contínuo nos termos do disposto no nº 3 do art. 470º do Código de Contratos Públicos, a contar da data do envio do presente convite.
3. A proposta deve ser assinada electronicamente, bem como os documentos que a integra, utilizando uma assinatura electrónica qualificada, nos termos da legislação em vigor, art. 54º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 9º

Idioma dos documentos da proposta

As propostas bem como os documentos que as integram, devem ser redigidos em língua Portuguesa ou, no caso de o não serem, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o Concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respectivos originais.

Artigo 10º

Proposta

1. A proposta deve ser elaborada em perfeita conformidade com os Artigos do Caderno de Encargos o que implica o seu conhecimento e a sua aceitação total, a cujo cumprimento se obrigam.
2. Não é admitida a apresentação de proposta com alterações aos Artigos do Caderno de Encargos.
3. As propostas devem ser subscritas pelo Concorrente ou, no caso de serem subscritas por Procurador, devem ser acompanhadas da procuração que lhe confere poderes para o efeito ou pública-forma da mesma.
4. O preço é indicado em algarismos e por extenso.
5. O Concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante o prazo de 66 dias contados desde a data limite da entrega da proposta.

Artigo 11º

Documentos que constituem a proposta

A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) De acordo com a alínea a) do n.º 1, do Artigo 57.º do CCP, o concorrente deverá apresentar declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do referido Código.

- b) De acordo com a alínea b) do n.º 1, do Artigo 57.º do CCP, o concorrente deverá apresentar os documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
- c) Matriz de Proposta devidamente preenchidas e assinadas eletronicamente, em conformidade com os modelos constantes dos Anexos I e II do CE, disponibilizado em formato Excel.
- d) Preenchimento da declaração de cumprimento do Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD), Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, 27 de abril de 2016, em Anexo I ao presente Convite.

Artigo 12º

Proposta com variantes

- 1. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes, considerando-se como tal, entre outras, a introdução de alterações às peças do procedimento.
- 2. O incumprimento do previsto no número anterior é fundamento de exclusão da proposta ou propostas variantes apresentadas, bem como da proposta base.

SECÇÃO IV – Análise das propostas

Artigo 13º

Análise das propostas

- 1. A proposta é analisada tendo em conta o preço apresentado, os termos, as condições e demais exigências previstas no caderno de encargos.
- 2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspectos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto no artigo 49º do Código dos Contratos Públicos;
 - c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respectivos atributos;

- d) Que o preço apresentado seja superior ao preço base;
- e) Um preço total considerado anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenha sido considerado, nos termos do disposto no artigo 71º do Código dos Contratos Públicos;
- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g) A existência de fortes indícios de actos, acordos, práticas ou informações susceptíveis de falsear as regras de concorrência.

SECÇÃO V – Adjudicação

Artigo 14º

Notificação da Adjudicação

A decisão de adjudicação é comunicada em sede de plataforma electrónica de compras públicas AcinGov.

SECÇÃO VI – Declarações e Documentos

Artigo 15º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação os documentos de habilitação referidos no artigo 81º do Código dos contratos Públicos.
2. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua Portuguesa ou, no caso de o não serem, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o Concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respectivos originais.
3. Todos os documentos de habilitação devem ser apresentados na plataforma electrónica de compras públicas AcinGov.

SECÇÃO VII – Caução

Artigo 16º

Caução

Não é exigida a prestação de caução.

SECÇÃO VIII – Disposições Finais

Artigo 17º

Legislação Aplicável

Em tudo o que o presente Convite for omissa observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação e regulamentação aplicável.

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD)

(Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, 27 de abril de 2016)

O concorrente (nome) _____, com o NIPC _____, que apresenta proposta para o Procedimento nº DPCP2021AD05 – ***Locação de veículos, tipologias Ligeiro de passageiros (LP) Inferior e Médio Inferior, em regime rent-a-car, por um período máximo de 60 dias***, para IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. declara que se obriga a cumprir e a fazer cumprir o disposto no Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, no que respeita às regras relativas à protecção das pessoas singulares, ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, que entrou em vigor em 25 de Maio de 2018.

_____, ____ de _____ de 2020